

Visibilidade Trans 2020

Seminário sobre saúde, trabalho, direitos e inclusão social da população trans

Desde 2004, no dia 29 de janeiro, o Brasil celebra nacionalmente o Dia da Visibilidade Trans. A cada ano, uma agenda intensa é organizada no mês de janeiro em torno da data. Em 2020, a Campanha da ONU Livres & Iguais, o UNAIDS, o UNFPA, a OPAS/OMS, a ONU Mulheres, a OIT, o ACNUR, a Embaixada da Austrália, o Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI) e a Diretoria LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, se juntam às celebrações com a proposta de uma reunião técnica conjunta sobre saúde, trabalho, direitos e inclusão social da população trans e travesti. A atividade pretende reunir profissionais de saúde, gestoras e gestores de políticas públicas, representantes da sociedade civil e da academia e organizações internacionais para compartilharem políticas e boas práticas no que se refere à promoção da saúde integral para a população trans¹ no Brasil e sua correlação com a inclusão no mercado de trabalho, a inclusão social e o acesso à direitos. Na reunião técnica espera-se que sejam debatidos temas relacionados a resposta à epidemia de ISTs nessa população, o uso abusivo de álcool e outras drogas e à saúde sexual e à saúde sexual e reprodutiva da população trans, incluindo a hormonização, as cirurgias de modificação corporal e o uso do silicone industrial. Além disso, será realizado o lançamento do novo vídeo da Campanha da ONU Livres & Iguais, juntamente com um coquetel de networking.

Justificativa: Integralidade da Saúde Trans, Trabalho e Inclusão Social

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) estima que 90% das pessoas trans trabalhem como profissionais do sexo, muitas das quais o fazem como único meio de subsistência, não possuindo outras alternativas para atender à suas necessidades diárias básicas. Isso se dá, entre outros fatores, pela condição de vulnerabilidade que o grupo enfrenta na inserção laboral, com dificuldades de retificação documental, transfobia em processos seletivos (como estigmatização e desrespeito ao uso do nome social) e marginalidade no tocante à economia formal. Além disso, a exclusão e discriminação no mercado de trabalho não só atingem as populações trans na busca de ingresso em setores públicos e privados, mas também são empecilhos na estabilidade e ascensão profissional desse grupo.

No Brasil, o Projeto Transcender aponta prevalência do HIV de 31,2% entre travestis e mulheres transexuais do Rio de Janeiro e baixada fluminense (GRINSZTEJN et al., 2017). Já o Projeto Muriel relata uma prevalência de 26% de HIV entre pessoas trans da cidade de São Paulo (VERAS et al., 2015). Dados mundiais específicos de pessoas trans demonstram maior prevalência de HIV entre as mulheres transexuais, especificamente as mulheres transexuais que praticam sexo anal. Mulheres transexuais apresentaram probabilidade de infecção pelo HIV 49 vezes maior que a população geral (REDTRASEX, 2013). Uma meta-análise separada do HIV entre mulheres transexuais trabalhadoras do sexo constatou que estas tinham uma prevalência combinada de HIV de 27%, em comparação com 15% das demais mulheres transexuais (BARAL; POTEAT; STRÖMDAHL et al., 2013). Em relação a homens trans que fazem sexo anal receptivo, alguns estudos mostraram que estes também podem estar em risco para o HIV: uma clínica em São Francisco, Estados Unidos (EUA), descobriu que a

Realização:



Organização:



Apoio:



prevalência de HIV foi semelhante para homens transexuais (10%) e mulheres transexuais (11%); outro estudo realizado em Nova Iorque, EUA, constatou que 2% dos homens transexuais viviam com HIV (NEMOTO; OPERARIO; KEATLEY et al., 2004). (Ministério da Saúde, 2017: 38-39)

Além disso, os direitos sexuais e reprodutivos são uma forte demanda da população trans. A invisibilização das pessoas trans é perpetuada nos debates e nas políticas públicas referentes a direitos sexuais e reprodutivos, que tendem a refletir normas sociais cis-heteronormativas. De acordo com publicação da ONU Direitos Humanos e do Fundo de População da ONU, as políticas de acesso à saúde sexual e reprodutiva normalmente não consideram as especificidades da população trans, reproduzindo atos discriminatórios ao reforçarem a cis-heteronormatividade, negarem serviços públicos básicos e realizando uma violência diária que inclui perguntas invasivas e constrangedoras. Importante destacar também que a população trans possui outros marcadores sociais, tais como a intersexualidade, a raça/cor e etnia, as diferentes capacidades e deficiência, que trazem à luz outros desafios a serem considerados.

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) tem implementado desde 2013 a iniciativa global Zero Discriminação, que celebra o direito de todas as pessoas a uma vida plena, digna e produtiva – não importando sua origem, orientação sexual, identidade de gênero, sorologia para o HIV, raça, etnia, religião, deficiência e tantos outros motivos de discriminação. Essa iniciativa resultou na criação e

Não discriminar é um princípio e uma obrigação fundamental dos direitos humanos. Contudo, a discriminação permanece disseminada, em suas múltiplas formas, em muitos serviços de saúde, levando a resultados precários de saúde impondo condições que inibem os esforços para acabar com a epidemia de AIDS e alcançar padrões de vida saudável para todas as pessoas. A discriminação é uma barreira que impede o acesso a serviços de saúde e o alcance de uma cobertura universal nesta área (UNAIDS, 2017).

Em 2018, o Departamento de Condições Crônicas e IST (DCCI) iniciou a implementação da Agenda Estratégica para Ampliação do Acesso e Cuidado Integral das Populações-chave em HIV, Hepatites Virais e outras ISTs, que contou com a parceria de agências, fundos e programas que formam o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). A agenda tem como objetivo geral ampliar o acesso das populações-chave às ações de Prevenção Combinada e cuidado integral à sífilis, HIV/aids e hepatites virais. Entre seus objetivos específicos, destaca-se a qualificação do acolhimento das populações-chave nas redes de atenção à saúde, considerando suas especificidades e suas demandas.

A população trans ainda encontra importantes barreiras no âmbito do trabalho e emprego, que impactam negativamente em sua admissão, permanência e ascensão no mercado formal de trabalho e que, por consequência, também impactam em sua saúde. O preconceito e a discriminação muitas vezes são sutis e velados, mas ocorrem a partir de atos que desrespeitam e deslegitimam a identidade de gênero de travestis e transexuais. Isso ocorre, por exemplo, quando é exigido que as pessoas trans usem o nome de registro ou uniformes de trabalho que não condizem com sua identidade de gênero.

A inclusão das pessoas trans no ambiente de trabalho ainda é cercada de dúvidas e desconhecimento. Ademais, muitas empresas têm políticas de respeito à diversidade nas suas matrizes, mas enfrentam dificuldades para garantir que elas sejam abrangentes e respeitadas em todas as filiais e em todos os níveis hierárquicos da organização.

Não obstante, podemos identificar casos de sucesso e políticas da diversidade que contribuem para reverter este quadro, a exemplo do Manual sobre [“Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho”](#), bem como os recém-lançados em 2018 [“Padrões de conduta para empresas enfrentando a discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans & Intersexo”](#).

Realização:



Organização:



Apoio:



A realização desta reunião técnica se coloca como fundamental a fim de articular os debates locais com o debate nacional, promovendo a discussão sobre elaboração, implementação e execução de políticas públicas destinadas à garantia da saúde, trabalho digno e decente, e inclusão social de grupos vulneráveis de forma transdisciplinar e interseccional.

Por fim, considerando o compromisso das Nações Unidas com a promoção dos direitos humanos, da saúde integral, da resposta à epidemia de ISTs, do direitos sexuais e reprodutivos e da igualdade de direitos da população trans, a Campanha da ONU Livres & Iguais, o UNAIDS, o UNFPA, a OPAS/OMS, a ONU Mulheres, a OIT no Brasil, o DCCI/SVS/MS e o MMFDH se juntam para organizar a Reunião Técnica conjunta sobre saúde, trabalho, direitos e inclusão social da população trans.

Seminário sobre saúde, trabalho, direitos e inclusão social da população trans

Sobre? Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Trabalho, Inclusão Social, Direitos Humanos

Para quem? Profissionais de Saúde, Pessoas Trans, Sociedade Civil, Academia, Gestores e gestoras de políticas públicas e Organizações Internacionais

Quando? 29 e 30 de janeiro, das 9h às 18h.

Onde? Auditório da OPAS

Programação:

29 de janeiro

9h: Composição da mesa de honra de abertura e lançamento da Web-série de Vídeos da Campanha da ONU Livres e Iguais em parceria com o UNAIDS

- Sra. Astrid: Representante do Fundo de População das nações Unidas, UNFPA e na ocasião Coordenadora Interina da ONU Brasil
- Sra. Socorro Gross, Diretora da Organização Panamericana de Saúde, OPAS
- Sra. Ariadne Ribeiro, Representante interina do UNAIDS
- Sra Denise Arakaki Sanchez: Representando o Governo, a partir do DCCI/SVS/MS
- Sra. Marina Reidel, Diretora de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, MMFDH

10h: Conferência Magna de Abertura:

Realização:



Organização:



Apoio:



- Dr. Sam Winter, psicólogo australiano e membro da Associação Internacional sobre Saúde de Pessoas Trans (World Professional Association of Transgender Health, WPATH)
- Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, Pesquisadora Trans Brasileira, Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ

11h00: Mesa sobre interseccionalidades de raça, etnia, geracional e representação social do conhecimento trans na saúde

Carol Oliveira (RNJVHIV), Raffael Carmo (RedeTrans), Marcelly Malta (RedeTrans) e Bruna Benevides (ANTRA) e Esmeralda (Refugiada Trans Venezuelana)

Mediadora: Ayune Soares, Assistente para Equidade de Gênero, Raça e Etnia do UNFPA

13h: Intervalo para Almoço (servido no local)

14h: Mesa sobre acesso e cuidado integral de pessoas trans: resposta à sinergia de vulnerabilidades ao HIV e outras ISTs - uso abusivo de álcool, trabalho sexual e situação de rua e outras drogas

Beto Silva (Casa Florescer), Denise Vieira (Associação Brasileira Profissional pela Saúde Integral de Travestis, Transexuais e Intersexo, ABRASITTI), DCCI/SVS/MS e Ariadne Ribeiro (UNAIDS).

Mediador: Edu Cavadinha, Pesquisador da Universidade de Brasília, UnB

15h30: Intervalo

15h45: Mesa sobre direitos sexuais e reprodutivos de pessoas trans e intersexo: modificações corporais

Dr. Magnus Regios (Associação Brasileira Profissional pela Saúde Integral de Travestis, Transexuais e Intersexo, ABRASITTI), Dr. Alexandre Saadeh (Conselho Federal de Medicina, CFM), Dr. Rodrigo Itokaso (Universidade de São Paulo, USP), Dionne Freitas (ABRAI), Anna Cunha (UNFPA).

Mediação: DCCI/SVS/MS

17h45: Encerramento das atividades do dia

30 de janeiro

9h: Apresentação da metodologia do café mundial e distribuição dos grupos de trabalho:

Utilizando a metodologia “Café Mundial”, participantes serão dividido/as em grupos de trabalho para a construção conjunta. Representantes da Sociedade Civil ficarão responsáveis

Realização:



Organização:



Apoio:



pela relatoria, discussão nos grupos e apresentação das proposições que farão parte do documento final.

10h: Mesa sobre Trabalho, Saúde e Inclusão Social

Maite Schneider (Transempregos) Fabiana Borges (Ambulatório Trans do Distrito Federal), Bernardo Mota (Pesquisador e UNFPA) e Ministério Público do Trabalho, MPT.

Mediação: Lua Stabile, Especialista em Diversidade da Campanha da ONU Livres & Iguais

12h30m: Apresentação do PROADI SUS TRANS – Ana Paula Beck (Hospital Albert Einstein)

O Hospital Albert Einstein apresentará o projeto PROADI e alguns avanços conquistados a partir do projeto (Abertura do Ambulatório Hospital Vila Santa Catarina, Telemedicina, Mapeamento dos centros e formação continuada)

13h: Intervalo para Almoço (servido no local)

14h Café mundial (construção conjunta do documento final sobre saúde, trabalho, direitos e inclusão social da população trans)

16h-17h30: Apresentação dos grupos coordenados por:

- Sra. Keila Simpson: ANTRA
- Sr. Cauã Cintra: Coletivo Homens Trans RedeTrans
- Sra. Tathiane Araújo: RedeTrans
- Cleonice: RNHTTP
- Jacqueline Cortes: MNCP e INAMUR
- Symmy Larrat: ABGLT
- Fe Maidel: ABRASITTI

17h30: Encerramento e encaminhamentos

Realização:



Organização:



Apoio:

